



Prêmio Sou do Esporte

ANÁLISE DA GOVERNANÇA NAS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS DO BRASIL



idealizadores e realizadores



Plataforma de relacionamento entre atletas, Entidades Esportivas e empresas fomentadora e apoiadora de negócios no ambiente esportivo.



soudoesporte@soudoesporte.com.br

Porque criar o Prêmio de Governança?

A plataforma Sou do Esporte, moveu a iniciativa de oferecer o Prêmio de Governança como reconhecimento e estímulo às Confederações que vem demonstrando uma maior iniciativa no sentido de aprimorar suas ferramentas de controle e transparência, pontos muito relevantes para a melhora da Gestão do Esporte no país.

Motivado pelo propósito de contribuir para a constante e sólida evolução da Indústria do Esporte e seus benefícios à sociedade, com uma cultura esportiva cada vez mais forte, a Plataforma Sou do Esporte espera contribuir para o fomento das melhores práticas possíveis na Gestão do Esporte no Brasil.



objetivo

Analisar o status das práticas de Governança nas Confederações Esportivas do Brasil.

objetivos específicos

Analisar externamente aspectos da Governança em atenção as práticas reconhecidas e consagradas globalmente.

Desenvolver e aprimorar uma matriz de indicadores que permita a comparação da Governança entre as entidades de Administração do Esporte no Brasil.

Formar uma escala de Governança de forma a destacar as melhores práticas encontradas.

Estudo de Governança – Introdução – Análise 2016

É consenso que os princípios básicos da boa governança são únicos e devem ser adotados por todas as organizações, independentemente de porte, natureza jurídica e capacidade financeira.

Também é consenso que não há apenas um modelo possível de Governança nas instituições, portanto a proposta de analisar todas as entidades de administração do esporte no Brasil, através de uma única ferramenta, demanda um esforço permanente no aprimoramento da Matriz de Análise.

Desta forma, em 2016 verificou-se a necessidade de atualização do conjunto de indicadores que passou de 105 para 111 itens, reunidos dentro dos mesmos 5 vetores, **Transparência, Equidade, Prestação de Contas, Integridade Institucional e Modernidade**. Mantendo-se a premissa de a análise ser feita com o menor índice de subjetividade possível, alguns itens foram reformulados e incluiu-se outros, que buscaram compreender, principalmente, o quanto as entidades estão agindo além de suas obrigações legais.

Estudo de Governança – Introdução – Análise 2016

Reforçamos que estes vetores representam os princípios básicos da boa governança e acreditamos ser importante que sejam implantados conjuntamente. É pacífico que a adoção de apenas um ou alguns destes princípios certamente não garantem a caracterização de boa governança para uma entidade.

Privilegiando a **Transparência** como princípio fundamental da Governança, a análise novamente foi feita com base nas **informações públicas** das entidades e o número de itens que compõem cada vetor determina seu peso na composição da nota final de cada entidade.

É importante ressaltar que este estudo não se propõe a analisar a Gestão das entidades nem os seus Gestores, portanto, deve-se ter claro que a matriz de análise utilizada, não indica o quanto mal ou bem administradas as entidades são. Em princípio, pode haver uma Entidade com baixa pontuação e ótima gestão, enquanto outra, pode ter pontuação mais alta e uma gestão temerária.

Estudo de Governança – Análise dos Vetores

Pelo resultado apresentado na análise de 2016, pode-se concluir que houve, por parte das entidades de administração do esporte, um aumento na preocupação com a adoção das práticas de boa governança. Esta conclusão se baseia no número de entidades que conseguiram obter nota final superior a 5 dos 10 pontos possíveis. Mesmo com o aumento dos quesitos analisados pela matriz (que passaram de 105 para 111), das 29 entidades estudadas, 7 pontuaram acima da média, um crescimento substancial ao último ano (133%) onde apenas 3 entidades conseguiram atingir este patamar.

Os vetores **TRANSPARENCIA** e **PRESTAÇÃO DE CONTAS**, novamente tiveram uma boa avaliação geral, principalmente porque todas as entidades analisadas, possuem estatutos que cumprem o que é preconizado pela legislação brasileira, que é bastante exigente neste sentido. Na análise deste ano, a média geral diminuiu, principalmente pelo fato de ter sido incluído na matriz destes vetores itens que não são obrigatórios por lei, o que aponta que as entidades continuam com uma certa dificuldade em ir além de suas obrigações legais. Regimentos Internos, relatórios gerenciais, planejamento estratégico, atas de reuniões dos diversos poderes e códigos de conduta, são alguns dos documentos não obrigatórios e pouco apresentados.

Estudo de Governança – Análise dos Vetores

O vetor **EQUIDADE** não apresentou variação, mantendo a mesma média de pontuação da análise anterior, 6,2 pontos de 10 possíveis, corroborando que este é um conceito já arraigado no comportamento e nos documentos normativos das entidades brasileiras. Continuam se destacando as entidades que abrem seus colégios eleitorais para além das Federações Estaduais filiadas e o representante dos Atletas e com uma distribuição de projetos e recursos coerente e democrática. Negativamente continua-se notando um excessivo controle do acesso ao poder e algumas limitações ao número de participantes do colégio eleitoral.

A surpresa deste ano foi o vetor **INTEGRIDADE INSTITUCIONAL**, onde 7 entidades obtiveram pontuação acima da média 5 e outras 5 entidades que embora ainda tenham notas abaixo da média, melhoraram substancialmente sua performance. A entidade melhor pontuada foi a CBHb – Confederação Brasileira de Handebol (nota 7,65), este fato se deveu principalmente à publicação de diversos documentos internos como, relatório de atividades, código de conduta e todos os regimentos internos dos diversos poderes estatutários. Vale uma menção honrosa à Confederação Brasileira de Vela (nota 6,47), que foi a única entidade a claramente estimular entre seus associados a adoção das premissas do Pacto pelo Esporte e pela publicação, dentre outros documentos, de um relatório de atividades, extremamente didático e completo, contendo diversas informações gerenciais e estratégicas da entidade.

O ponto negativo do vetor **INTEGRIDADE INSTITUCIONAL** ficou para a constatação de que a esmagadora maioria das entidades, tem completa dependência de verbas públicas, apresentando uma parcela significativa de suas receitas vinculadas a verbas oriundas de convênios públicos e Lei Agnelo Piva. As exceções foram as confederações de Judô e Rugby, que apresentaram um grupo variado de parceiros privados e utilizam a Lei de Incentivo como recurso complementar e não principal de financiamento de seus projetos, demonstrando a preocupação em buscar a sua sustentabilidade financeira no longo prazo.

O vetor **MODERNIZAÇÃO** continua sendo o ponto que merece maior esforço por parte das entidades analisadas. Além de apresentar o maior desvio padrão, a média geral foi de apenas 1,47 pontos em 10 possíveis. A duas únicas entidades que ficaram acima da média 5 foram: CBRu – Confederação Brasileira de Rugby (nota 7,00) e CBHb – Confederação Brasileira de Handebol (nota 5,17), basicamente porque estas são as entidades que possuem um Conselho de Administração previsto em seus estatutos e com sua atuação e composição claramente estabelecidas em regimento interno, público e de fácil acesso em seu site. Os resultados apresentados neste vetor, claramente demonstram uma dificuldade por parte das entidades, em reestruturarem seus instrumentos regulatórios e normativos buscando um maior equilíbrio e controle no poder decisório.

Estudo de Governança – Conclusões Finais

O que podemos concluir do estudo realizado em 2016 é que as entidades passaram a demonstrar uma maior preocupação com sua imagem institucional e em como são percebidas pelos diversos grupos de interesse com os quais tem que interagir. Essa maior preocupação talvez ocorra em resposta ao aumento da visibilidade e a consequente cobrança da sociedade após a década dos megaeventos, porém, percebe-se também que ainda há muita resistência em ir além do que a legislação obriga. O controle de acesso ao poder, através de cláusulas de barreira e do tamanho do colégio eleitoral, ainda estão muito presentes nos instrumentos normativos da grande maioria das entidades, enquanto a instituição de mecanismos internos de controle do poder pouco são encontrados. A resistência em apresentar documentos que legitimamente são de interesse dos diversos públicos, também parece que não foi totalmente superada.

Os resultados obtidos confirmam que há muito a evoluir em todos os vetores analisados. O crescente acirramento dos conflitos existentes, principalmente entre as entidades, seus filiados e as fontes financiadoras das atividades esportivas (públicas e/ ou privadas), marcado por uma clara e ampla assimetria de objetivos e *modus operandi*, demonstram que a adoção das boas práticas de Governança são o melhor caminho para dirimir estas questões, traçar objetivos comuns e forjar um cenário de crescimento sustentável, efetivamente consensado entre todas as partes interessadas na indústria do esporte. Este parece ser o único caminho para um futuro sustentável.

Indicadores de Governança

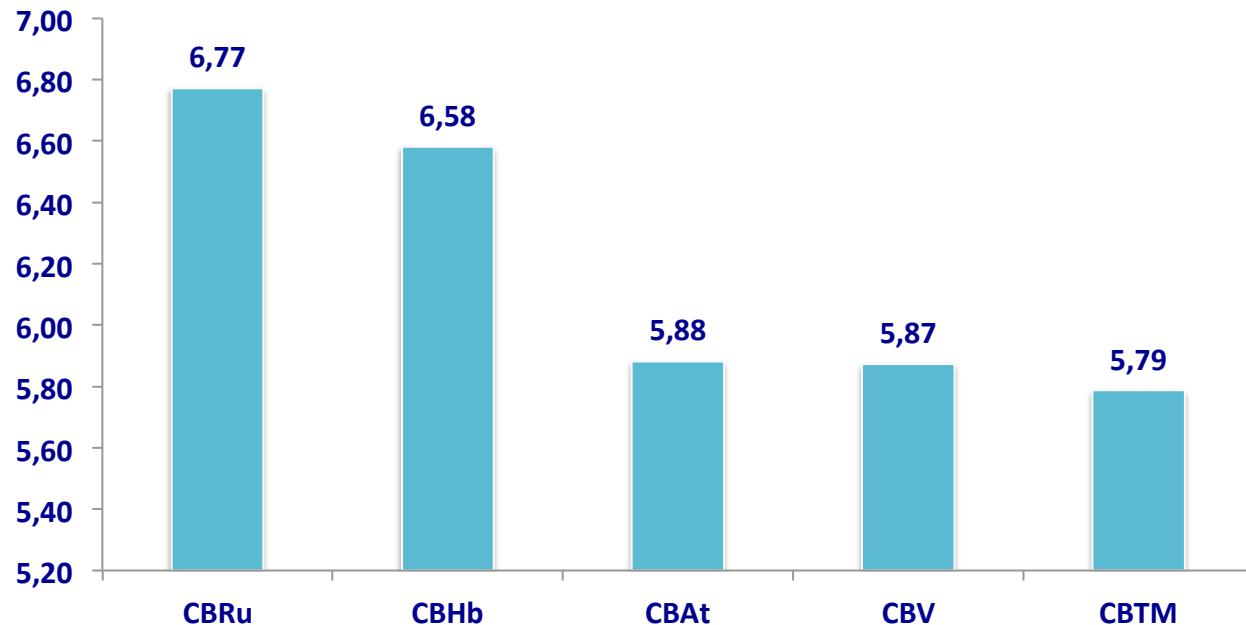
O Conjunto de indicadores soma 111 itens, aglutinados em 5 grandes grupos, avaliados com base em informações públicas, que é o princípio básico da Governança. A Classificação final das entidades foi obtida a partir do seguinte cálculo.

$$\star = \frac{(\square \times 27) + (\checkmark \times 23) + (\text{aparelho} \times 14) + (\text{microfone} \times 17) + (\text{rádio} \times 30)}{111}$$

Estes 5 vetores representam os princípios básicos da boa governança e acreditamos ser importante que sejam implantados conjuntamente. É pacífico que a adoção de apenas um ou alguns destes princípios certamente não garantem a caracterização de boa governança para uma entidade.



Análise Geral – Top 5



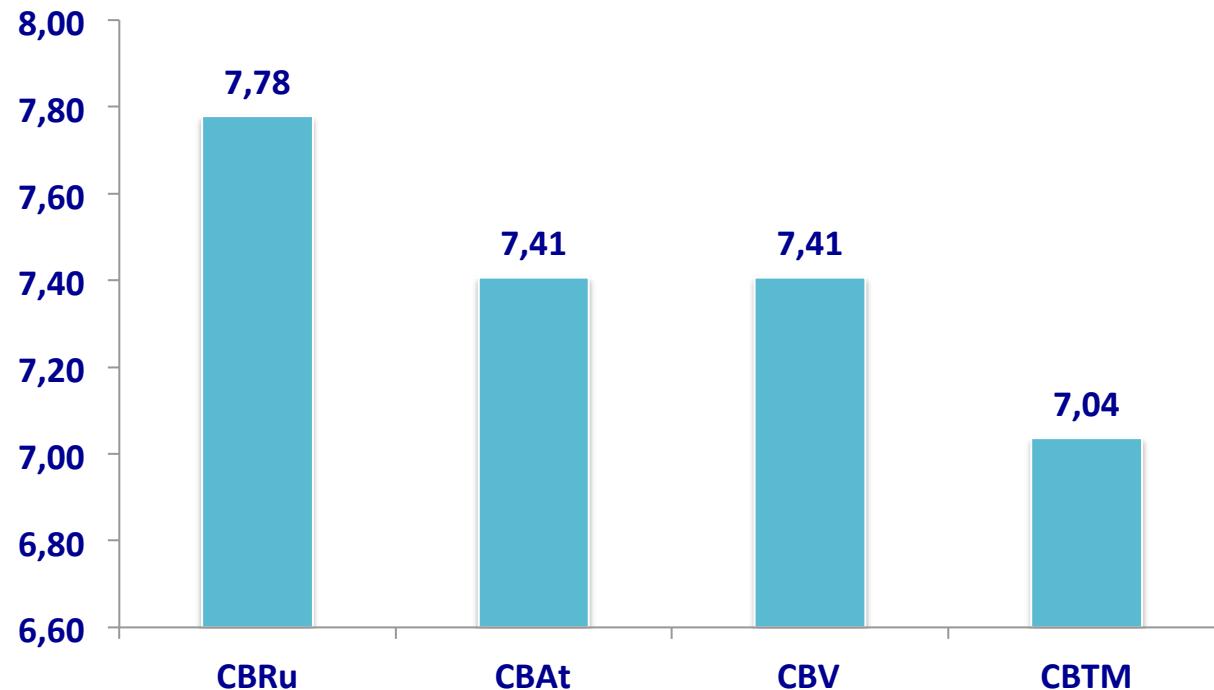


TRANSPARÊNCIA

A transparência é considerada plena em uma entidade, quando esta disponibiliza para todas as partes interessadas as informações que legitimamente seja de seu interesse. É importante não se restringir apenas às obrigações legais.

- Grupos de Análise:**
- (a) Publicação de Documentos Financeiros
 - (b) Convocações e Editais
 - (c) Controles Internos
 - (d) Acesso a informações e Arquivos

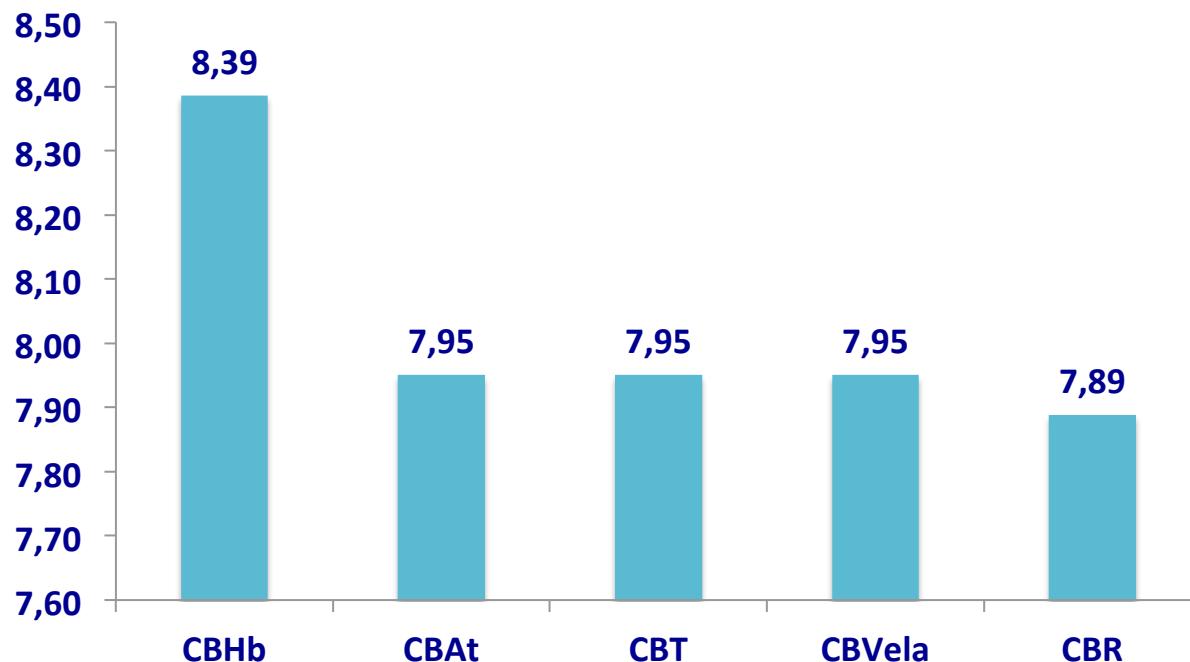
Itens totais avaliados: 27



A análise da Equidade busca identificar o respeito à igualdade, imparcialidade e respeito no trato de todos os interessados, correção e lisura na maneira de proceder, julgar e opinar.

- Grupos de Análise:**
- (a) Um associado/filiado = um voto
 - (b) Regras de votação e Registro de Associados;
 - (c) Conflitos de Interesse nas Assembleias Gerais
 - (d) Processos Eleitorais
 - (e) Distribuição de Projetos e Recursos

Itens totais avaliados: 23



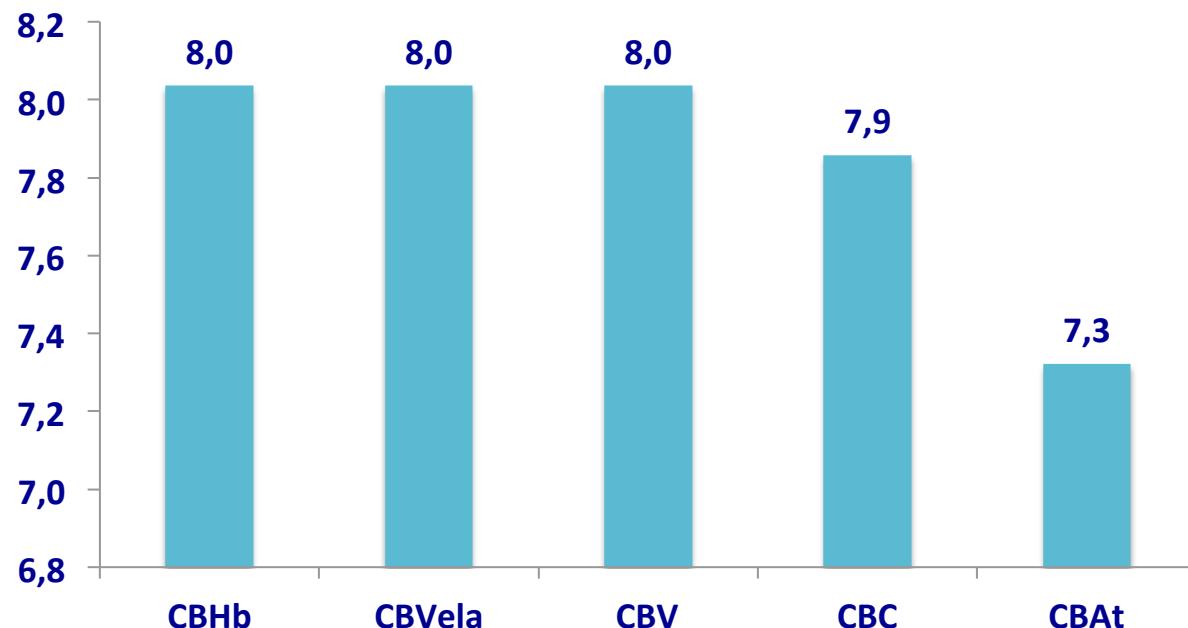


PRESTAÇÃO DE CONTAS

Analisar a transparência gerencial, através da identificação de documentos contábeis públicos que permitam verificar a realidade da entidade do ponto de vista patrimonial, financeiro, fiscal e de resultado econômico.

- Grupos de Análise:**
- (a) Formato de Aprovação das Contas anuais
 - (b) Auditorias internas e externas
 - (c) Demonstrativos Contábeis
 - (d) Atuação e independência do Conselho Fiscal
 - (e) Controles Internos

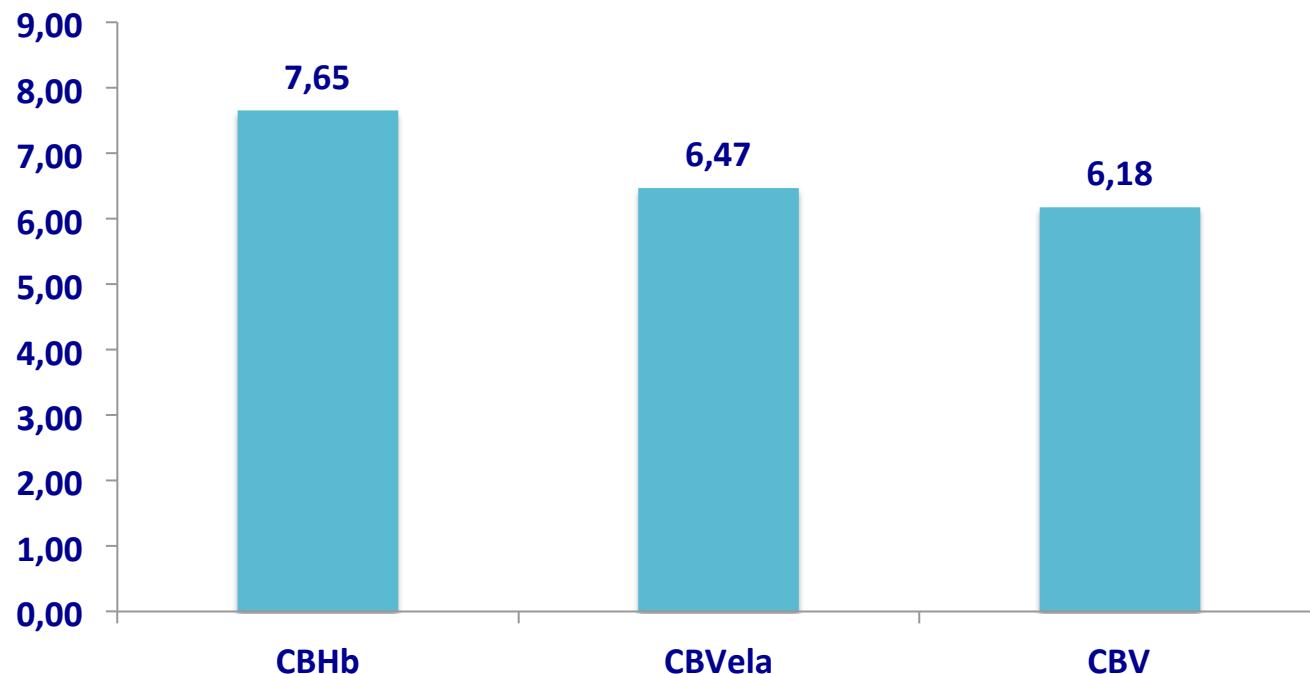
Itens totais avaliados: 14



A avaliação do nível de integridade institucional passa por identificar se existem linhas claras e transparentes de atuação que permitam o quadro de executivos e colaboradores operar dentro de limites claros e objetivos. Também se avalia a incorporação de ações e projetos de ordem social e ambiental no dia a dia da entidade.

- Grupos de Análise:**
- (a) Relacionamento com Stakeholders
 - (b) Códigos de Conduta
 - (c) Práticas Anticorrupção
 - (d) Sustentabilidade em Projetos
 - (e) Dimensão Econômica

Itens totais avaliados: 17



O ponto focal da análise é entender como estão constituídos, como são formados e quais as atribuições dos poderes nas entidades, dando ênfase em como é compartilhado e principalmente controlado o poder decisório nas ações. Também é analisada a previsão de cargos remunerados e a divisão objetiva e clara entre os níveis institucionais, executivos e operacionais.

- (a) Separação do Ambiente Político/Institucional do Executivo
- (b) Conselho de Administração
- (c) Conselho Consultivo
- (d) Descritivo de cargos e Remuneração de Gestores

Itens totais avaliados: 30

